

FÓRUM DA JUVENTUDE

FAP FEDERAÇÃO
ACADEMICA
DO PORTO
POR UMA PRIORIDADE NA EDUCAÇÃO

**COMEÇAR O
FUTURO
AGORA**

**27 e 28
JUNHO**

Quinta DE BONJÓIA

mais informações em
www.fap.pt

28 DE JUNHO

10:00h – Conferência:

"Para um Portugal melhor – o Futuro começa Agora"

Prof. Doutor Manuel Matos - Coordenador Observatório da Cidade Educadora - uma iniciativa do Centro de Investigação e Intervenção Educativa

Rui Silva - Atleta Olímpico

Prof. Doutor Carvalho Guerra - Universidade Católica Portuguesa.

13:00h – Intervalo para almoço

15:00h – Debate sobre as intervenções da manhã

16:30h – Intervalo para café

17:00h – Contributos para integrar o Plano Municipal de Juventude – 5 áreas de acção

Índice

Introdução	3
Método	4
Prólogo	4
Capítulo 1	5
Tertúlia	5
Qual o perfil do jovem participativo e interessado?	6
Quais os focos de interesse e verdadeiramente motivadores dessa participação?	8
Incentivos à participação dos jovens em movimentos de cidadania	9
Dificuldades dessa participação	10
Valores, princípios e ideais construídos ou encontrados antes e durante a participação dos jovens em associações, ou movimentos cívicos, intervenção política.	11
<i>“O que diriam a um jovem de forma a envolver esse jovem na organização que dirigem ou noutra de carácter semelhante?”</i>	13
Capítulo 2	16
Conferência - <i>“Para um Portugal melhor – o Futuro começa Agora”</i>	16
Capítulo 3	19
Contributos para o plano municipal de juventude	19
Preambulo	19
Linhas de Reflexão	19
Habitação Jovem	20
Mobilidade dos estudantes na Grande Área Metropolitana do Porto	22
Qualidade de Vida	23
Segurança dos Pólos Académicos	25
Produção cultural Académica	26
Ambiente	27
Empregabilidade e empreendedorismo	27
Voluntariado	28

Introdução

A FAP – Federação Académica do Porto, realizou nos passados dias 27 e 28 de Junho o seu Fórum de Juventude.

Tal iniciativa assumiu-se como uma resposta ao desafio lançado pela Câmara Municipal do Porto para que a FAP organizasse um fórum de juventude cujas conclusões viessem a integrar o Plano Municipal de Juventude desta edilidade.

Aproveitando o apelo de Sua Excelência o Senhor Presidente da República no discurso de comemoração do 34º aniversário do 25 de Abril, para que os jovens “não se resinassem”, entendeu a FAP, no seguimento do encontro denominado “Os Jovens e a Política” entre o Senhor Presidente da República e jovens líderes do movimento associativo e organizações de representação de jovens, organizar uma iniciativa que cumprisse dois objectivos: responder ao desafio lançado pela Câmara Municipal do Porto e dar continuidade ao encontro “Os Jovens e a Política” no Porto, promovendo assim a reflexão, discussão e tomada de posição sobre a participação dos jovens na Política, nos movimentos cívicos e associativos.

O Fórum de Juventude da FAP direccionou-se em especial para jovens líderes de estruturas representativas dos jovens, nomeadamente representantes de Associações de Estudantes, líderes de Juventudes Partidárias, jovens empreendedores com actividade profissional ligada à indústria e ao comércio. No entanto, não se fechou apenas sobre estes destinatários principais mas teve a oportunidade de poder contar também com jovens interessados na participação activa na sociedade que os rodeia, com o responsável para a Pastoral Universitária no Porto, e ainda com técnicas na área do apoio psicológico de Instituições de Ensino Superior que tem a responsabilidade de orientar e apoiar alunos no seu percurso académico.

Método

O Fórum obedeceu a três momentos fundamentais;

O primeiro correspondeu a uma tertúlia em tom de debate, onde foi possível trocar opiniões e dar nota da experiência de cada um; um segundo momento onde os participantes tiveram a oportunidade de assistir a uma conferência onde cada um dos oradores convidados representava uma área particular de relação com os jovens e da forma como entendem a sua participação na sociedade, ao qual se seguia um pequeno momento de intervenções e discussão; e um terceiro momento onde uma mesa redonda procurou apontar medidas que possam integrar o Plano Municipal de Juventude do Porto.

Prólogo

O presente documento é fruto desta iniciativa da FAP, correspondendo não apenas ao relato das conclusões encontradas em cada um dos momentos do Fórum, mas apontando alguns caminhos, sugerindo medidas que favorecerão a participação dos jovens na sociedade e tentando construir um programa de intervenção na política autárquica do Município do Porto, com particular interesse e relevância para os jovens.

A realização desta iniciativa procurou não resultar em mais uma iniciativa estéril e sem resultados contundentes mas antes num documento revelador da forma como os jovens olham a sua participação na sociedade que os rodeia, apresentando uma orientação e um caminho a percorrer para que a participação dos jovens seja aprofundada e realizada de forma mais íntima e frutífera.

Capítulo 1 - Dia 27 de Junho

Tertúlia

No dia 27 de Junho, num ambiente informal e em tom de tertúlia, por entre vários participantes, na sua maioria constituídos por representantes das associações de estudantes da Academia do Porto, alguns representantes das juventudes partidárias, jovens empresários, o responsável da Pastoral Universitária do Porto, e ainda com jovens técnicas na área de apoio psicológico de Instituições de Ensino Superior que tem a responsabilidade de orientar alunos no seu percurso académico, o encontro procurou em conjunto responder a uma questão fundamental:

“Porque existem jovens que se envolvem activamente em movimentos associativos ou cívicos na sociedade que os rodeia? – uma perspectiva dos actores desses movimentos.”

Os objectivos da tertúlia centravam-se essencialmente nos seguintes pontos:

- 1) Procurar encontrar o perfil do Jovem participativo e interessado;
- 2) Perceber quais os focos de interesse e verdadeiramente motivadores dessa participação;
- 3) Revelar os incentivos à participação dos jovens em movimentos de cidadania;
- 4) Perceber as dificuldades dessa participação;
- 5) Descobrir quais os valores, princípios e ideais construídos ou encontrados antes e durante a participação dos Jovens em associações, movimentos cívicos ou intervenção político-partidária;

Num encontro para debater matérias de participação que conta com a presença de jovens que estão já dentro de um “sistema”, e que acreditam no sistema representativo e de participação democrática, a primeira conclusão a que podemos chegar é que é possível definir um padrão tipo entre todos aqueles que neste tipo de movimentos participam.

Embora seja evidente uma diferença no grau de envolvimento e nos princípios que levam à participação de cada um, muito em parte pelas motivações e pelo meio onde essa participação se desenvolve, há dois conceitos que são a todos transversais: um sentimento de inconformismo e um natural prazer de trabalhar por uma causa, na maioria uma causa comum a uma comunidade ou grupo.

Em muitos casos foi possível perceber que muitos jovens que se encontravam presentes no fórum, representando um determinado tipo de movimento de representação juvenil, em particular associações de estudantes, assumem também funções em outras organizações paralelas, de participação e intervenção jovem, embora nem sempre ligadas a questões de reflexão política.

1) Qual o perfil do Jovem participativo e interessado?

A colaboração em associações juvenis ou instituições que têm por missão o serviço voluntário é, em muitos casos, responsável pela definição do perfil de um jovem que se envolve na sociedade que o rodeia.

Apesar da definição concreta e específica do perfil de um jovem participativo não tenha sido estrita e especificamente encontrada, foi possível perceber que a principal motivação que leva os jovens a envolverem-se neste tipo de projectos relaciona-se então com um de três casos tipo, não obstante o facto de poderem existir outros casos particulares:

- (1) Em muitos jovens, é fácil perceber um perfil de liderança, ou natural motivação, para a participação cívica. Tal perfil começa a evidenciar-se desde criança, sendo comuns os relatos de que cada jovem começou em muitos casos, por iniciativa própria ou por reconhecimento dos seus pares, a assumir funções de delegado de turma, “capitão de equipa” da modalidade que praticava, líder no grupo de amigos ou nas brincadeiras assumidas em criança, tendo tal condição vindo a aprofundar-se ao longo do tempo, e resultando numa necessidade de assumir esta condição com níveis de compromisso cada vez mais elevados.
- (2) A participação activa e interventiva que desenvolve nos dias de hoje resulta em muitos casos de um sentimento partilhado, que no limite poderá ser até paradoxal:

- por um lado corresponde à necessidade intrínseca de se envolver nas questões que o rodeiam e nas quais pensa ter a obrigação de ter um papel activo e participante nos processos de decisão, contribuindo para os mesmos;

- por outro lado, corresponde a um natural prazer e espírito de missão que preside em tom altruísta à sua condição de jovem participativo e representante de um determinado grupo, corpo, ideal, ou projecto.

(3) Num segundo grupo, a participação e intervenção de cada jovem resulta da necessidade de ultrapassar um constrangimento que se apresentou no percurso de vida, ou no aprofundar dos conhecimentos numa determinada área de um interesse ou saber. Fruto do envolvimento na resolução desse contratempo ou aprofundar da área de interesse, surge a vontade de desenvolver num determinado espaço ou organização acções que visam não só resolver os seus próprios problemas como também auxiliar outros indivíduos que enfrentam dificuldades idênticas às que outrora terá encontrado, prestando assim um serviço à comunidade onde se insere.

(4) O terceiro grande grupo resulta de uma “pressão” social do meio onde cada jovem se insere.

Desta “pressão” surge a necessidade de cada jovem de se identificar com uma determinada realidade, e pela sugestão ou incentivo de um amigo ou grupo de amigos, cada jovem passa a integrar uma estrutura de representação estudantil, correspondendo a uma participação cívica e política, desempenhando uma função que em muitos casos será determinante para o seu grau de envolvimento e intervenção na sociedade que o rodeia.

Este terceiro caso é responsável pela aquisição de competências de muitos jovens e verificamos que os percursos de participação neste tipo de casos podem muito díspares, pois se em alguns casos a participação se reflecte apenas num envolvimento superficial, vários casos há onde posteriormente o grau de envolvimento aprofunda-se até serem desempenhadas funções de destaque na liderança e no envolvimento político de cada um.

Apesar de estes serem apontados como os casos mais tradicionais no percurso de vida que leva à participação e envolvimento dos jovens em movimentos associativos, voluntários, ou outro tipo de organizações juvenis, que directa ou indirectamente se relacionem com a Política, outros casos haverá onde a participação juvenil neste tipo de organizações se desenvolve ainda de formas diferentes.

2) Quais os focos de interesse e verdadeiramente motivadores dessa participação?

Os focos de interesse são variados e a sua origem é fruto de vários factores.

Como já foi referido anteriormente, se por um lado a participação se inicia com uma motivação natural e o foco de interesse é um factor secundário para a participação, sendo que “o importante é participar”, num segundo caso, os factores de interesse são determinantes para o envolvimento.

Em muitos casos o processo de envolvimento e participação surge motivado por um sentimento de dever na alteração do rumo de determinada instituição, que tem a função de defender os direitos e interesses de determinado corpo (missão com a qual muitas associações de estudantes, por exemplo, se identificam).

Assim, os focos de interesse e motivadores da participação são presididos por um espírito de missão e de assumir de responsabilidade numa organização ou entidade que não tem cumprido diligentemente as obrigações que dela são esperadas, ou o desempenho que tem vindo a demonstrar não está de acordo com as expectativas idealizadas, sendo a necessidade de mudança e a introdução de princípios moralizadores e de concretização dos princípios assumidos, o incentivo que muitos jovens precisam para iniciarem o seu percurso de participação, numa postura crítica e de não condescendência com uma situação com a qual não querem compactuar.

Em antítese a esta realidade existente, uma outra há na qual o sentimento que preside à participação e envolvimento dos jovens, tem que ver com a necessidade de dar continuidade a um projecto comum, assumindo e engrandecendo um legado deixado. Este compromisso resulta muitas de ligações interpessoais criadas, com envolvimento profundo e compromissos éticos e morais nem sempre evidentes, que responsabilizam, mais do que o próprio projecto a desenvolver, uma equipa de trabalho que “descende” de uma outra que a antecede.

Além destas duas realidades, a criação de um projecto de raiz, que obriga à organização e constituição de uma determinada entidade, resulta em muitos casos de uma mistura de incentivos, que passam pela vontade de criar e “fazer coisas”, com um sentimento partilhado de realização pessoal pelo gosto de contribuir para o bem comum, passando pela necessária identificação e convívio com pessoas que partilham dos mesmos ideais de vida e motivações.

Aqui se revelam uma vez mais motivos de ordem pessoal, caracterizadores de uma personalidade ou carácter, misturados com motivações altruístas de desenvolver um projecto em prol dos outros, ou aprofundando o conhecimento e a participação em centros de decisão, a fim de poder influenciar os mesmos com perspectivas e opiniões que se julgam melhores para o meio onde estão inseridos.

3) Incentivos à participação dos jovens em movimentos de cidadania.

Durante toda a discussão, foi patente a existência de um sentimento de falta de reconhecimento e valorização dos processos de intervenção e participação em organizações como associações, programas de voluntariado ou partidos políticos pela sociedade geral.

O processo de envolvimento e intervenção não pressupõe a existência de um reconhecimento e não é esse um agente motivador para a participação dos jovens. Contudo, ao não existir uma valorização das competências adquiridas por cada jovem isso acaba por provocar um afastamento da grande maioria dos jovens destas organizações.

Como tal, a necessidade de valorizar as competências adquiridas deverá corresponder a um incentivo e a uma medida de reconhecimento de que quem participa e se envolve na sociedade se poderia orgulhar. Tal como acontece com o Reconhecimento e Valorização de Competências, as competências adquiridas ao longo da passagem de cada jovem por qualquer estrutura deveriam ser reconhecidas, sendo tal medida fundamental para a criação de incentivos à participação.

Tal processo acontece já nas Instituições de Ensino Superior, no que em especial diz respeito à participação dos estudantes em associações de estudantes ou participação em órgãos formais das instituições, correspondendo tal aquisição de competências a um descritivo presente no

Suplemento ao Diploma – documento resultante da implementação da Declaração de Bolonha.

4) Dificuldades dessa participação.

As dificuldades da participação que os jovens enfrentam estão intimamente relacionadas com um desinteresse generalizado da sociedade na participação em organizações e instituições, sendo tal sentimento aprofundado ainda mais quando a participação se verifica em organizações de carácter essencialmente político.

Acreditamos que tal sentimento resulta de uma desconfiança social em relação à grande maioria das instituições mas em especial às instituições que se concentram na acção política, em alguns casos até numa desconfiança nas instituições do Estado, e que por isso cria ao mesmo tempo uma cadeia de juízos de valor, em alguns casos preconceituosos e negativos, relativamente ao exercício de intervenção pública de cada um.

Mas se tal sentimento existe relativamente à participação em organizações de acção política, juventudes partidárias e algumas associações de estudantes, existe já menor desconfiança e maior aceitação quando a participação se verifica noutra tipo de entidades, como são o caso de clubes desportivos, organizações de carácter religioso ou cultural, e voluntariado.

As expectativas e a hierarquia de prioridades de cada indivíduo defronta-se em muitos casos inconscientemente na forma como este faz a avaliação relativamente à participação dos seus pares na sociedade que os rodeia.

Se por um lado a intervenção e a participação em organizações apenas é feita por muitos na medida em que é nestes locais (através de reuniões e assembleias) que poderão ver discutidos alguns problemas pessoais, esquecendo um papel interventivo mais alargado na comunidade onde se inserem, já o interesse demonstrado em algumas outras áreas - caso do desporto - é feito quase sempre com grande dedicação e participação.

A dificuldade na participação está assim relacionada com a falta de valorização social dessa participação e com o meio onde cada um está inserido.

Para superar tal dificuldade revela-se necessário promover um caminho de valorização institucional e social do papel da participação, que passa não só pelo reconhecimento da

importância da participação por entidades reconhecidas e que valorizem competências adquiridas, como por um incentivo institucional das entidades do Estado à participação, intervenção e trabalho desenvolvido em tais organizações.

5) Valores, princípios e ideais construídos ou encontrados antes e durante a participação dos jovens em associações, ou movimentos cívicos, intervenção política.

A participação em movimentos cívicos, associativos e políticos corresponde, em última análise, a um exercício intensivo e exigente no aprofundar das relações interpessoais, com naturais consequências na formação de cada indivíduo.

Ao mesmo tempo que tal participação e envolvimento pressupõe a identificação com um grupo, que partilha um projecto, um ideal ou um conjunto de valores, é necessário aceitar viver na diversidade, no debate, na diferença, aprender a ouvir e aprender a partilhar, para construir um espaço comum.

Tal participação tem vindo a desenvolver-se em plataformas alternativas ou em espaços virtuais, com natural e evidente responsabilidade do desenvolvimento das plataformas de comunicação, em especial das ferramentas da internet, onde é possível encontrar infinitas “galáxias” de troca de opiniões e partilha de experiências, participando num universo onde as comunidades ultrapassam espaços físicos, imagens e sensações e em que cada um se transporta para um meio próximo do meio definido como ideal para uma intervenção, ainda que virtual.

Ao mesmo tempo que a partilha de valores, princípios e ideais esmorece no seu conceito tradicional, obrigando a compromissos presenciais e em tempo real, com exigências do ponto de vista do comportamento e das regras de intervenção e participação, assistimos a um ascendente de participação num meio virtual, que oferece as vantagens pretendidas numa sociedade da informação e da comunicação, permitindo a utilização de máscaras e o conforto da distância na intervenção, da ausência da partilha de um espaço físico real e comum, e da utilização das regras clássicas de participação, mas favorecendo ao mesmo tempo, por essas mesmas razões, a participação e a intervenção.

É hoje frequente, e para muitos não só fundamental como indispensável, a participação em plataformas de informação, denominadas WEB 2.0, onde através de espaços de intervenção no universo da internet grande parte da população, em especial os jovens, assumem quase como que uma segunda identidade, através de ferramentas como blogues, hi5, MSN, Facebook, fóruns de discussão e comentários de notícias.

Desta forma, assume-se quase uma velha condição da utilização do conceito dos diários que não mais se procuram esconder numa gaveta do quarto, selando-os com um pequeno aloquete para que mais ninguém os possa ler ou descobrir, mas que passam a existir de uma forma até exibicionista que se justifica pela necessidade de partilha e exposição de pensamentos, reflexões, estados de espírito e opiniões. No entanto, apesar dessa abertura de espírito, muitas vezes tal atitude apenas tem reflexo numa pequena comunidade virtual onde está inserida e não em grande escala.

Também aqui os princípios, os valores e os ideais, e às vezes até a participação política, pressupõem relações interpessoais. Apesar de ser esta uma forma diferente de participação e intervenção não deixa porém de ser uma forma de estar e um meio de cada indivíduo se envolver na sociedade que o rodeia.

Há porém uma necessidade de ultrapassar barreiras, conceitos culturais e organizacionais, aproximando estas comunidades a um mundo mais real, e que consiga traduzir-se em consequências que se esperam positivas para as instituições, para o exercício da actividade política, com reflexos na sociedade do conhecimento e na participação democrática.

Defrontamos assim um conflito geracional, com um hiato temporal e espacial entre as comunidades mais jovens e aquelas que se encontram na maioria dos casos junto dos centros de decisão.

Deste conflito entre estas duas gerações, dois tipos diferentes de comunidades que se querem assumir mais participativas é patente um descrédito nas metodologias de monitorização, avaliação e funcionalidade das instituições públicas e privadas, e um sentimento de injustiça face a determinadas realidades com que se defrontam.

Tal sentimento é partilhado muitas vezes em espaços nos quais a crítica não pressupõe um envolvimento directo, activo e interessado, assumindo muitas vezes cada um destes jovens uma postura crítica mas passiva.

Apesar de se dever valorizar o espírito crítico e atento à realidade política e social, revela-se de capital importância a adopção de uma postura pró-activa de cada um, com um envolvimento directo, real e intenso nas organizações e estruturas de representação.

Para inverter esta tendência, ou para perceber de que forma se poderia envolver mais activamente os jovens numa participação activa em organizações, com relação íntima com a política e/ou a política partidária, questionamos cada um dos jovens líderes presentes na tertúlia com a seguinte questão:

“O que diriam a um jovem de forma a envolver esse jovem na organização que dirigem ou noutra de carácter semelhante?”

A questão parte do pressuposto que existem jovens que assumem um interesse superficial mas que pode ser aprofundado, e da existência de outros que tenham já concretizado e solidificado o seu percurso interventivo e acreditam na mais-valia pessoal e social da intervenção que produzem, acreditando ser de fulcral importância continuar um percurso ideológico, interventivo ou representativo há muito iniciado.

Se para muitos a questão é respondida com a mera reprodução no tempo do mesmo método que foi utilizado no início da “carreira” participativa que cada um concretizou, é curioso verificar, que em muitos casos, a possibilidade de ludibriar e seduzir um determinado jovem para a participação efectiva em organizações de representação pode, em muitos casos, ser a estratégia a adoptar. Nessa estratégia, o jovem é aliciado para uma actividade sem que lhe seja revelado que esta é exigente, e que trará consequências no conforto, tempo e disponibilidade na execução de outras tarefas até ao momento exercidas por cada jovem.

Esta sedução é feita a bem da garantia de um mais profícuo envolvimento de um jovem, fruto da profunda convicção que tal participação será benéfica não só no percurso social desse jovem como da sua importância para a melhoria do meio onde se encontra.

Nestes meios verifica-se também a presença de uma espécie de sentimento de “procriação ideológica” relativamente à forma como se verifica a descendência de gerações de jovens que participam em organizações e que tem em comum, em muitos dos casos, o exemplo ou a eleição de uma figura inspiradora, que resulta numa conduta ou postura da qual é possível definir um padrão.

É notório portanto um sentimento de necessidade de descendência e garantia de continuidade do trabalho realizado por parte de um grupo de trabalho ou líder, que muitas vezes perdura no tempo e em sucessivas gerações.

Tal realidade é responsável, por um lado, pela manutenção da existência de quadros humanos nas organizações juvenis, num sentimento de identificação próximo da construção de um clã ou “família” e que muitas vezes ultrapassa o universo do exercício de funções institucionais e se traduz em amizades na construção de grupos com natural identificação na eleição dos mesmos princípios, valores, ideologias e formas de estar perante a vida.

A partilha de valores e princípios, construídos e encontrados antes, durante e depois da participação dos jovens em associações nascem em muitos casos no encontrar de jovens que partilham a mesma forma de olhar o mundo, resultando daí perspectivas partilhadas, ideais e princípios que moldam o carácter e a personalidade de muitos jovens, oferecendo-lhes a identificação com um grupo ou com outros jovens.

Não é porém fácil definir de forma transparente, séria e eficaz o método para a captação de novos jovens para as estruturas, sem que se consiga não assustar e afastar ainda mais cada jovem.

Contudo, bons exemplos são diariamente apresentados para que essa participação cresça e se intensifique. A possibilidade de executar tarefas de forma voluntária e com evidentes benefícios para a comunidade, com um conjunto de meios confortáveis e solícitos para o exercício dessas tarefas é muitas vezes responsável pela definição de um quadro aliciante para a participação e intervenção dos jovens.

Embora a definição de tal cenário seja dificultado muitas vezes pela própria acção das instituições do Estado, como acontece presentemente com a implementação da lei de associativismo jovem por parte do IPJ – Instituto Português de Juventude, ao não cumprir o próprio Estado o estipulado numa lei da República, em especial no que diz respeito ao apoio que este presta ao trabalho desenvolvido em prol dos jovens por parte do movimento associativo juvenil nacional, a criação de condições para o exercício de intervenção revela-se também uma aliciante à participação.

Não é possível definir claramente quais as competências adquiridas, os valores, a alteração dos princípios intrínsecos e dos ideais construídos ou encontrados antes e durante a participação dos Jovens em associações, ou movimentos cívicos ou de intervenção política, uma vez que estes variam de pessoa para pessoa. No entanto, certo é que não é fácil encontrar alguém que seja indiferente a uma passagem por movimentos de representação ou participação, sendo quase sempre uma passagem com reflexos positivos para a formação individual de cada um, estendendo-se muitas vezes a uma identificação com um grupo ou espaço com o qual cada um sente um reconhecimento particular.

Capítulo 2 - Dia 28 de Junho

Conferência

Num segundo momento, realizado já no sábado dia 28 de Junho, os participantes tiveram a oportunidade de assistir a uma conferência subordinada ao tema:

“Para um Portugal melhor – o Futuro começa Agora”

Para tal conferência foram convidados as seguintes personalidades:

- Prof. Doutor Carvalho Guerra – Universidade Católica Portuguesa
- Prof. Doutor Manuel Matos - Coordenador do Observatório da Cidade Educadora - uma iniciativa do Centro de Investigação e Intervenção Educativa.
- Rui Silva – Atleta profissional de atletismo

A conferência realizada no dia 28 de Junho teve como objectivo fundamental apresentar a perspectiva individual de personalidades que acompanham e observam a participação dos jovens, a sua forma de estar, o seu grau de envolvimento, os desafios geracionais, as angústias, os medos, as ambições e a evolução que num dado momento se admite poder vir a desenvolver-se na sociedade, considerando a acção dos jovens.

Por tudo isto, o tema da conferência intitulou-se: ***“Para um Portugal melhor – o Futuro começa Agora”***.

Revelou-se uma conferência muito dinâmica e interactiva, podendo cada um reflectir, considerando cada uma das intervenções, no papel dos jovens para a construção de um Portugal melhor.

A presença do Prof. Doutor Manuel Matos, Coordenador do Observatório da Cidade Educadora - uma iniciativa do Centro de Investigação e Intervenção Educativa da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, enquadrrou-se na necessidade de perceber a forma como a ciência e a comunidade académica olham os processos de

intervenção e envolvimento dos jovens num meio, em especial na cidade que os acolhe, reflectindo sobre as competências adquiridas e os conhecimentos que esse grau de envolvimento e interacção permite a cada jovem adquirir.

O convite dirigido ao Prof. Doutor Carvalho Guerra, resulta essencialmente da forma como os estudantes da academia do Porto aprenderam a olhar a figura do Sr. Prof. Carvalho Guerra.

Apelidado por estes como o “Pai Guerra” há vários anos pela forma carinhosa e exemplar como este sempre se apresentou e acompanhou gerações de jovens estudantes, se envolveu na construção dos seus projectos e os orientou. Acima de tudo, as suas inúmeras qualidades e o facto de ter sido professor e mestre de tantos jovens, justificaram a presença insubstituível do Prof. Doutor Carvalho Guerra, num momento que se revelou profundamente entusiasmante e clarividente na forma de olhar os jovens, o seu papel, a evolução das sucessivas gerações e o potencial a estes atribuído.

Nas palavras do Prof. Carvalho Guerra foi possível viajar até momentos e espaços nem sempre tão evidentes para os jovens, deixando cada um motivado a assumir a responsabilidade que lhe cabe na exigência de uma sociedade melhor, mais séria, justa e conhecedora.

A presença do atleta Rui Silva, um dos atletas mais medalhados individualmente no panorama desportivo nacional, presente em vários Jogos Olímpicos, exemplo de perseverança, esforço, dedicação e de saber “acreditar e lutar por um sonho”, foi também um momento muito especial na conferência organizada.

Partilhar das angústias e dos sentimentos de um jovem, que optou por assumir um percurso de vida em muito diferente de um percurso tradicional, limitando-se nos momentos de lazer e de ocupação de tempos livres normalmente reconhecidos nos jovens, abdicando, até ao momento, de estudar e crescer em conhecimento para que o País pudesse fazer carregar-se em alguém no seu orgulho, mérito e prestígio desportivo, e seguro das responsabilidades que a este nível dele o país espera, foi também um exemplo e uma lição cada uma das palavras que nesta conferência o “amigo” Rui Silva com os jovens partilhou.

Como resultado da conferência, considerando as intervenções de cada um dos convidados e a sua particular forma de olhar os percursos dos jovens, a forma como estes se envolvem e participam, e a partilha de opinião resultado dos comentários e das questões finais de cada dirigente associativo que assistiu à conferência, foi possível perceber que nunca os jovens

tiveram tanto conhecimento e estiveram tão bem preparados para uma sociedade que hoje se apresenta difícil e agreste, onde há também um descrédito nas instituições e não há uma valorização significativa da participação e da intervenção cívica e social.

As perspectivas individuais no que respeita ao futuro de cada jovem são elas próprias condicionadoras dos interesses e da participação. Num momento onde a crise social e económica é ao mesmo tempo uma crise de valores e de princípios, a resposta para o ultrapassar destes conceitos passaria muito por uma reforma cultural e do conhecimento, que a ser realizada implicaria o confronto com todos aqueles que presidem aos centros de decisão, e que em muitos casos são eles próprios produto de uma sociedade que elegia os princípios de uma revolução cultural como a resposta para os problemas da altura.

Hoje os jovens enfrentam um quadro de políticas sociais e de valorização de princípios, condutas e posturas, que é fruto da reflexão e da tomada de decisão de uma geração que foi jovem desde o Maio de 68 em Paris ao 25 de Abril de 1974 em Portugal.

Actualmente, na nossa sociedade, está presente, ainda que de forma inconsciente, uma falsa legitimidade moral no que respeita à forma como se olha a participação dos jovens na política e nos movimentos cívicos, pois não há de facto uma valorização substancial desta participação para efeitos de estatuto, posição ou ascensão pessoal e profissional de cada jovem.

Este sentimento resulta por um lado num descrédito nas instituições e nas pessoas que fazem as instituições, particularmente as instituições públicas e do Estado, em especial aquelas que mais intimamente se relacionam com a Política, atirando os jovens para a busca e o envolvimento com outro tipo de interesses e espaços de intervenção, essencialmente ligados ao desporto, à cultura, na dimensão da expressão artística, na música, nos programas de voluntariado, e na intervenção social que não pressupõe uma qualquer ligação política.

Entende-se por isso de cabal importância o reconhecimento e a valorização social da intervenção cívica dos jovens e da valorização dos seus contributos e opiniões, devendo ser dadas mais oportunidades para que a participação jovem seja reconhecida e valorizada, através de órgãos de aconselhamento dos centros de decisão com poder vinculativo, onde os jovens possam ver reconhecidos o mérito e a importância da sua participação e intervenção.

Iniciativas como o encontro entre os jovens e a política, protagonizado por Sua Exa. o Senhor Presidente da República, revelam-se de extrema importância e pertinência e traduzem-se num

contributo inestimável para o solucionar da participação e envolvimento entre os jovens e a política.

Capítulo 3 - Dia 28 de Junho

Contributos para o Plano Municipal de Juventude

Preâmbulo

No seguimento do Fórum da Juventude da Federação Académica do Porto, vem a FAP apresentar os seus contributos para o Plano Municipal da Juventude, integrando as conclusões desse mesmo fórum. O fórum centrou-se em 5 áreas fundamentais:

- Habitação jovem;
- Mobilidade de estudantes na área metropolitana do Porto;
- Qualidade de vida – desporto, cultura, acção social e voluntariado;
- Segurança nos Pólos Académicos;
- Empregabilidade e empreendedorismo;

Estas linhas de reflexão não são estanques, estando interligados entre si em vários aspectos, mas por facilidade de abordagem iremos individualizá-las referindo sempre os pontos comuns.

Linhas de reflexão

1 – Habitação Jovem

O estudante, principalmente o estudante deslocado, procura um tipo de habitação que possua qualidades muito particulares, diferentes daquela que procura um jovem que já esteja inserido no mercado de trabalho. Baixo preço, acesso fácil a serviços, proximidade da Instituição de Ensino Superior (doravante designadas por IES) e/ou transportes públicos

(principalmente a linha de Metro) são características que são normalmente tidas em conta na escolha do estudante.

Tendo em conta a localização das Instituições de Ensino na cidade do Porto distribuídas pelo centro da cidade e Campo Alegre – Pólos 1 e 3 (adiante designados em conjunto como Centro) e Asprela - Pólo 2 (adiante designado como Asprela), verificamos serem diferentes as oportunidades de alojamento disponíveis para o estudante. Na Asprela, as habitações disponíveis são normalmente de construção recente, com um preço mais elevado, sendo que a maioria está mesmo localizada no concelho de Matosinhos, em S. Mamede de Infesta. Este “desvio” deve-se à pouca oferta existente na Freguesia de Paranhos e na menor qualidade da mesma, o que levou à construção em massa de zona residenciais do lado da Estrada Exterior da Circunvalação, onde se encontra alojada a maioria dos estudantes das IES deste Pólo.

No Centro, a situação é diferente e a oferta divide-se entre as habitações de construção mais antiga e os apartamentos em prédios mais recentes.

De uma maneira geral, existe uma considerável especulação no arrendamento de imóveis aos estudantes. Os estudantes acabam por arrendar um apartamento com várias assoalhadas em conjunto com alguns colegas ou arrendam simplesmente um quarto a um senhorio que os arrenda individualmente. Em geral, a despesa mensal ronda os 200/250 €, à qual acresce muitas vezes o passe de transportes públicos que permite aos estudantes deslocarem-se até à IES ou aos serviços básicos de que necessitem.

Até há bem pouco tempo, os estudantes estavam relativamente “afastados” do centro histórico do Porto, uma vez que este não dispunha de uma oferta social atraente, nem dos serviços considerados necessários. Felizmente, nos últimos meses, o centro histórico do Porto tem vindo ter um espectacular desenvolvimento, sendo neste momento o mais importante local de oferta social e cultural da cidade, facto que aliado ao aumento do número de serviços disponíveis tem contribuído para que cada vez mais estudantes estejam interessados em viver neste Pólo, mesmo que a sua IES esteja localizada na Asprela ou em outro local da Cidade.

De considerar será ainda que o interesse dos jovens no Centro histórico está também relacionado com a grande facilidade de transporte do Metro. A distancia entre a baixa e o Pólo Académico com maior concentração de estudantes, a Asprela, é de 7 minutos de metro enquanto anteriormente percorrer esta distancia verificava-se num período de tempo entre a

meia/hora, 45 minutos. Podemos por isto considerar também que o Metro do Porto assume-se como um factor dinamizador da identificação dos jovens com a cidade.

Posteriormente à realização da análise da situação actual, entendemos que a existência de medidas que favoreçam a fixação dos estudantes no centro da cidade, a um preço acessível, poderia ser importante, não só do ponto de vista do aumento das oportunidades para os estudantes, mas também para ajudar a reabilitar o centro da Cidade, trazendo a si mais moradores, geradores de movimento humano o que atrairá investidores para esta área criando um ciclo de desenvolvimento. O Centro dispõe de oportunidades de habitação em prédios tradicionais, muitos deles devolutos, mas com boas hipóteses de restauro. Ao contrário do que se possa pensar, o estudante não procura o prédio mais moderno, mas sim o que, tendo as condições necessárias para a sua vida, seja o mais barato e tenha mais serviços na proximidade. A existência de um programa de reabilitação de prédios tradicionais, na zona histórica da Cidade, para depois serem arrendados a estudantes, por um preço competitivo, traria para esta zona muitos estudantes, ajudando não só a reabilitação dos prédios, como também ao desenvolvimento económico desta zona da cidade.

Nos últimos tempos, têm sido recuperados muitos prédios pela SRU e por outros parceiros da CMP, o que mostra a vontade do Município e dos seus parceiros em investir nesta zona da cidade. No entanto, algumas destas recuperações têm como destino a criação de hotéis ou condomínios de luxo. Se é verdade que estes equipamentos são importantes para o desenvolvimento do turismo e para a fixação de famílias com maior capacidade económica no centro da cidade, também é verdade que pode aumentar a especulação sobre os prédios devolutos.

Neste programa, destinado maioritariamente a estudantes, a Academia deverá dar também o seu contributo. As IES poderão disponibilizar, através da prestação de serviços, um importante contributo. Em áreas como a Arquitectura e a Engenharia será fácil identificar serviços que sejam necessários para a execução do projecto, mas haverá certamente outras áreas do saber que podem prestar também o seu contributo para este projecto.

Ainda no que respeita à habitação jovem, sugerimos a criação de um selo de garantia de habitabilidade. Este selo, que seria atribuído por uma entidade independente, e que se preocupa com o bem estar dos jovens e dos estudantes na cidade, (a título de exemplo, a FAP - Federação Académica do Porto) estaria sujeito à confirmação de uma check list no que

respeita a condições de habitabilidade, que seria analisada e aprovada por técnicos na área da construção civil, podendo ainda ser envolvidas as instituições de ensino superior neste processo.

2 – Mobilidade de Estudantes na Grande Área Metropolitana do Porto

Este tema está naturalmente ligado à habitação jovem e é também um importante determinante da qualidade de vida dos estudantes. No seu percurso diário até à IES que frequenta, bem como a outros destinos que necessita, o estudante do Porto desloca-se ou de carro próprio, se dele dispõe, ou de transportes públicos como autocarro, comboio e metro. O facto de os estudantes que dispõem de carro não usarem também os transportes públicos é um sinal que pode indicar que ou a rede de transportes não é suficientemente eficaz, ou existe uma falta de cultura de uso dos transportes públicos. Pensamos que um misto destas duas razões explica esse fenómeno.

A zona da Asprela teve uma considerável melhoria da rede de transportes públicos com a chegada do Metro do Porto, através da Linha Amarela, que parece ser aquela que se mostra mais útil para o universo estudantil. O pólo 1, no centro da cidade também se encontra consideravelmente bem equipado de linhas, quer através do Metro, quer da STCP. O Pólo 3, no Campo Alegre, e o pólo do Porto da Universidade Católica Portuguesa, são aqueles que tem situações mais deficitárias. O Metro mais próximo é na Casa da Música que se encontra a cerca de 1/2 Km e a rede de autocarros não é das soluções mais eficazes. Sabendo que esta zona apresenta alguns problemas de trânsito, facilmente se conclui que é necessário realizar intervenções nesta área. Para a Universidade do Porto em particular, mas para todas as IES do Porto, a distância, muitas vezes não a distância física, mas a distância em tempo de chegada, naturalmente condicionada pelo acesso a transportes públicos e trânsito automóvel, é um importante factor que condiciona o seu melhor desenvolvimento e é também uma das causas da fragmentação que marca a sua evolução recente.

A existência de uma linha de Metro, que ligue todos os principais pólos de Ensino Superior, fomentando a mobilidade de estudantes e docentes, permitindo novas sinergias entre IES e um melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais existentes seria uma inegável mais-valia. Esta seria um importante passo para catapultar o Ensino Superior do Porto para níveis de referências internacionais, atraindo ainda mais estudantes nacionais e estrangeiros, criando centros de investigação de ainda maior referência.

Outra situação que nos parece merecer reflexão é a falta de linhas nocturnas que permitam aos estudantes prescindir dos seus veículos próprios, prevenindo a condução sob efeito de álcool, aquando da sua vida social. Quer a zona histórica da cidade, quer a zona industrial, principais destinos dos estudantes, se encontram consideravelmente desprovidas de linhas nocturnas, quer da Metro, quer da STCP.

Poderia assim ser criado um programa de mobilidade que unisse os principais centros de transportes e de atractividade da cidade, devidamente acompanhado com uma campanha de sensibilização para a não condução sob o efeito do álcool, e com a criação simultânea de um roteiro social da cidade.

A possibilidade de criar um cartão de morador-estudante que facilite o estacionamento em espaços da Câmara Municipal do Porto poderá também corresponder a uma mais-valia a ter em conta no que respeita às políticas de mobilidade relativamente ao transporte pessoal de cada estudante.

3 – Qualidade de Vida

A qualidade de vida é hoje uma exigência das sociedades modernas, em especial nos grandes centros urbanos, tendo também nesta dimensão as autarquias manifestado uma grande preocupação e dedicado particular atenção, procurando corresponder com um diversificado leque de propostas aos interesses e expectativas dos cidadãos.

É difícil definir claramente este conceito, uma vez que o mesmo varia de pessoa para pessoa, fazendo-se depender de gostos, interesses, motivações e perspectivas, sendo um desafio constante conseguir eficazmente corresponder ao esperado por cada indivíduo.

Assim, revela-se de fundamental importância estabelecer um conjunto diversificado de acções tendo em vista encontrar um quadro de soluções que corresponda às expectativas de todos.

Parece contudo transversal a todos os cidadãos a necessidade de procurar, muitas vezes considerando o conforto da proximidade com o meio onde se insere, um conjunto de soluções que permita a cada um “fugir” de uma determinada rotina ou obrigação que diariamente defronta no domínio tanto profissional como até mesmo pessoal.

O lazer e a necessidade de infra-estruturas que ofereçam espaços que fomentem a distração, de acesso fácil e devidamente promovidos são assim a resposta para qualidade de vida que todos os cidadãos procuram.

Podemos realizar o exercício de observar um determinado centro comercial e procurar perceber o fenómeno de sucesso destes espaços.

Na verdade, aliado ao conforto estético, do ambiente e respectivo conforto térmico, a facilidade e disponibilidade da concentração de serviços, o acesso fácil ao estacionamento e a criação de condições que aproximam as pessoas de um meio que involuntariamente e inconscientemente procuram, estes espaços conseguem responder ao que as pessoas procuram mesmo assumindo-se muito mais do que grandes centros de consumo, mas antes como centros de lazer.

Considerando uma cidade como um espaço onde é difícil monitorizar muitas das mais valias destes grandes espaços, não será por isto que não poderão estes espaços ser ainda assim competitivos e objecto da preferência dos cidadãos.

A busca por espaços e infra-estruturas óptimas para a prática desportiva, resposta à crescente preocupação dos cidadãos com a imagem e bem-estar físico e mental, o conforto estético com as melhorias urbanísticas que se tem vindo a realizar na baixa, o acesso fácil a transportes e a os meios de divulgação das iniciativas são cada vez mais ferramentas que concorrem para que a cidade se assuma no seu todo como uma resposta às necessidades das pessoas.

A criação do Pavilhão da Água, as iniciativas culturais que se desenvolvem nos jardins do palácio, ou a facilidade de iniciativas privadas desenvolverem serviços que respondam a determinadas necessidades dos cidadãos no Porto são seguramente iniciativas que se enquadram na procura de aumentar a qualidade de vida dos jovens e dos Portuenses.

Contudo talvez falte ao Porto, além da festa do S. João, festa de carácter religioso e tradição de raiz claramente popular, uma iniciativa verdadeiramente mobilizadora da cidade e daqueles que a constroem diariamente.

Ao exemplo do que acontece em Barcelona com a “**Fiesta de La Mercè**”, onde desde 1871 e até aos dias de hoje os Catalães celebram a sua mais importante festividade no dia 24 de Setembro, durante 4 dias, transformando a cidade, oferecendo centenas de eventos grátis e ao ar livre como concertos, fogos de artifício, desfile de gigantes e uma surpresa diferente em

cada esquina, poderia a autarquia procurar incentivar a realização de uma actividade neste sentido.

Tal acontecimento seria muito mais do que uma festa, seria antes a celebração de uma cidade, em toda a sua dimensão e valorizando as suas tradições, serviços, cultura e marcando a cidade com um evento que a caracterizaria definitivamente.

Tal iniciativa deveria contar com as chamadas forças vivas da cidade, Associações, Grupos de Jovens, Associação Comercial do Porto, Estudantes, Autarquia, Movimentos culturais, entre outros.

4 – Segurança dos Pólos Académicos

Infelizmente, nunca este tema, já há muitos anos no léxico das preocupações comuns dos representantes dos estudantes, teve tanta importância.

Em todos os pólos académicos, mas principalmente na Asprela se multiplicam os assaltos a estudantes. Estes assaltos são normalmente de pequena dimensão, realizados na rua, por meliantes claramente amadores, mas que causam considerável transtorno àqueles que são assaltados, e criam uma sensação de insegurança que afecta de sobremaneira a qualidade de vida dos estudantes. Muitos destes assaltos, ao contrário do esperado, ocorrem neste momento durante o dia, no final da tarde, o que torna o caso mais preocupante. É sem dúvida importante o reforço das forças de segurança, através da realização de mais rondas, que aumentem o nível de vigilância e assim previnam a existência de tais crimes. Outras medidas, mais simples, e mais directamente dependentes da Câmara Municipal do Porto serão por exemplo a melhoria da rede de iluminação pública, quer através do reforço das unidades e manutenção mais eficaz, mas também com a sua potenciação através do corte sistemático dos ramos das árvores, que muitas vezes criam espaços “negros” nos normais caminhos dos estudantes.

A presença de um programa de policiamento de proximidade, com a presença da polícia municipal, será também uma medida a considerar para combater a delinquência e a falta de segurança nos pólos Académicos.

5 – Produção cultural académica

Os estudantes são hoje em dia uma força viva da cidade. A sua juventude faz com que naturalmente se interessem pelas mais variadas facetas da produção cultural. Para além dos conhecidos grupos musicais académicos, as Tunas e os Grupos de Fados, existem inúmeras entidades não formais que se dedicam a outras formas de arte e cultura.

Os grupos de teatro académico são outros exemplos da qualidade da cultura que os estudantes podem produzir. Existem outros estudantes que se dedicam à pintura, escultura, dança, entre outras actividades.

Parece, contudo, que estes activos estão subaproveitados, sendo que a sua valorização e promoção poderia acrescentar mais à produção cultural da cidade.

A criação de um serviço que acompanhe estes grupos, realizando formação e apoiando a divulgação dos mesmos, ajudando à sua introdução no circuito cultural, poderia ser um importante passo na valorização destes activos.

A criação de *ateliês*, destinados a jovens artistas, para além de ser mais um factor que promoverá a recuperação do centro histórico da cidade, criando um *art district*, poderá representar também novas oportunidades aos jovens artistas.

A criação de tal *atelier* poderá inclusive funcionar como uma academia municipal de artes, aproveitando parcerias com entidades públicas e privadas, partilhado recursos e iniciativas. A título de exemplo podemos referir as actividades de formação musical que decorrem na Casa da Música, ou as salas de ensaio disponibilizadas pela Câmara Municipal de Braga no Estádio 1º de Maio, e ainda a criação de parcerias com várias companhias de teatro e com o Instituto Politécnico do Porto, através da sua Escola Superior de Musica e Artes do Espectáculo, procurando desta forma fazer do Porto, de facto uma capital europeia da cultura.

A adopção de exemplos como o apresentado pela Câmara Municipal de Braga na readaptação de espaços físicos disponíveis que são património do município, resultando na sua utilização pelas bandas da cidade desses espaços adaptados para salas de ensaio, poderá representar um contributo significativo no apoio aos novos valores no panorama musical da cidade.

Ao desenvolver tais iniciativas isso poderá resultar na criação de uma bolsa de artistas, que ao ser gerida na dependência da Câmara Municipal do Porto resultará numa partilha de oportunidades onde os artistas beneficiam com a promoção das suas actividades.

6 - Ambiente

Nos nossos dias as questões ligadas à preservação do ambiente e ao melhor aproveitamento dos recursos existentes ganham cada vez mais importância.

A geração dos actuais estudantes e jovens ainda não está completamente sensibilizada para estes problemas, mas pela sua juventude e futura posição na sociedade podem ser um importante vector de mudança.

As Associações de Estudantes e também as associações juvenis podem ser um importante local de formação e ganho de rotinas não só para os jovens, mas para todos os que frequentam os estabelecimentos de ensino. Devido à sua posição dentro das IES, será fácil para as AAEE promoverem, por exemplo, um programa de separação de lixos eficaz, que, começando nas Instituições de Ensino Superior será a base para se adquirirem hábitos que depois se repercutirão no dia-a-dia daqueles que as frequentam.

É, contudo, muito difícil a implementação deste programa se não existir uma estrutura superior que coordene, dê formação e fundamentalmente faça a recolha dos resíduos separados.

Pensamos que a existência de um programa que tenha como objectivo a implementação destas e outras estratégias que promovam a melhoria do ambiente e o mais eficaz aproveitamento dos recursos poderá trazer inegáveis benefícios no presente mas sobretudo no futuro.

7 – Empregabilidade e Empreendedorismo

A este propósito sugerimos a organização de um grande evento dedicado ao empreendedorismo, emprego e ao trabalho que se constituirá como um momento alto dedicado à oferta de emprego e à promoção de boas práticas realizadas por empresas da região. Neste evento devem ser realizadas conferências com distintos nomes da economia e das relações laborais, premiando iniciativas públicas ou privadas que resultaram em sucesso empresarial e económico.

O evento - com edição anual ou bienal - deve ter uma organização partilhada que permita envolver o Município, Jovens, Instituições de Ensino Superior, empresas e responsáveis políticos sobre a matéria.

8 – Voluntariado

A participação nos programas de voluntariado juvenil e estudantil deverá ser mais valorizados e difundidos.

Sugerimos a criação de uma parceria com a Câmara Municipal do Porto, tendo como objecto o Serviço Municipal de Apoio ao Voluntariado, para que se institua uma ferramenta que permita que o estudante/jovem voluntário possa ter acesso a um conjunto de mais-valias nos serviços e eventos promovidos tanto pela FAP ou pela Câmara Municipal do Porto.

Nessa parceria, as horas disponibilizadas por um jovem num banco de voluntariado, resultado de uma inscrição num site, suportado por uma base de dados, de monitorização partilhada pelas duas instituições, corresponderiam a um conjunto de horas de acesso livre às instalações e equipamentos de gestão municipal.

Acreditamos que desta forma a cidade encontrará um banco de voluntários ainda mais válido para as actividades que o município organiza, ou que muitas instituições de serviço e solidariedade social, com as quais tanto a Câmara como a FAP têm particular relação, sairiam profundamente valorizadas e enriquecidas, ao mesmo tempo que se encontraria um espaço de intervenção e envolvimento dos jovens e estudantes que pretendem desenvolver voluntariado.

Porto, 11 de Agosto de 2008